

RUY FABIANO

Ponto de Vista

Queda de braço

Há duas tendências nítidas no Congresso em relação à agenda de trabalhos da instituição para os próximos meses. A esquerda, PT à frente, quer prorrogar ao máximo a CPI do Orçamento, tornando-a a mais abrangente possível e fazê-la sucedida por uma CPI para investigar as relações das empreiteiras com o Estado.

Dessa forma, amplia ao máximo o número de parlamentares suspeitos e complica ainda mais o processo de revisão constitucional, que até agora não detonou exatamente em função da incômoda posição do Congresso face às denúncias contra alguns parlamentares.

A esquerda, como se sabe, não quer a revisão, pois não tem como evitar pelo voto que nela triunfem teses com as quais não concorda. O fim dos monopólios estatais, por exemplo. Já a direita (PFL, PPR, PTB, PP, PDC etc.) e as forças de centro (PMDB e PSDB), que formam a maioria, jogam em sentido diametralmente oposto.

Querem que a CPI do Orçamento conclua o mais rapidamente seus trabalhos, cassando os nomes já devidamente estigmatizados pelas denúncias. São eles os sete anões e mais uns dois ou três, entre os quais o deputado Ibsen Pinheiro, cuja sorte é tida como já selada, em que pese o esforço corporativista detonado por alguns para salvá-lo. Paralelamente, serão igualmente detonados os deputados-doleiros do PSD, totalizando as punições algo em torno de 20 parlamentares. Imoladas essas cabeças, supõe-se que a sede punitiva da opinião pública estará saciada e a instituição devidamente purgada e purificada e em condições de retomar a rotina de seus trabalhos.

O temor dos conservadores continua sendo o ânimo beli-

gerante do PT. Para acalmá-lo, consideram vital a instalação da CPI da CUT, concebida pelo senador Esperidião Amin (PPR-SC). Segundo se constata, o simples anúncio dessa CPI foi suficiente para abalar as potestades petistas. Lula teria acusado o golpe, segundo avaliação de gente do próprio PT. E a preocupação justifica-se: até aqui, o partido tem-se beneficiado da imagem imaculada de seus representantes, vistos como figuras distintas dos políticos tradicionais.

No momento em que uma CPI começar a mostrar a equivalência das práticas, essa imagem se desfaz e a candidatura de Lula perde seu apelo fundamental: o da moralidade. Se depender, pois, das forças conservadoras, majoritárias no Congresso, a CPI do Orçamento não irá além do que aí está. Não ouvirá Sarney, não mexerá em temas paralelos, não procurará mais condenados. Ficará com as vítimas que já tem e, na medida em que casos novos surgirem — como, por exemplo, as ramificações da rapina do Orçamento junto ao DNER —, sugerirá que sejam examinados por nova CPI. O senador Jarbas Passarinho, presidente da CPI, tem dito que, se o arco investigativo for demasiadamente ampliado, corre-se o risco de não se chegar a lugar algum.

Na base dessa controvérsia sobre ampliar ou restringir a ação da CPI do Orçamento, está a disputa em torno da revisão. Os conservadores e centristas que querem que ela se realize e se empenham por concluir o que presentemente a paralisa: a CPI. A esquerda, o contrário. O resultado é imprevisível. Previsível mesmo, por enquanto, é apenas a CPI da CUT: ninguém mais a segura. Há um número incalculável de pessoas que a aguardam com sede de vingança.